

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

1 **ABERTURA** – Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze,
2 às nove horas e quinze minutos, no Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon,
3 localizado na sede da SUSAM, situado na Avenida André Araújo nº 701 – Aleixo, foi
4 realizada a **231ª (DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA) Reunião e 183ª**
5 **(CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA) Ordinária** do Conselho Estadual de
6 Saúde-CES/AM. Cumprindo o rito regimental o Conselheiro **Gilson Aguiar da Silva**,
7 Vice Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Amazonas – CES/AM iniciou as
8 atividades presidindo a Reunião, em virtude da ausência do Presidente do Conselho
9 Senhor **Wilson Duarte Alecrim** que se encontra participando de Reunião em
10 Brasília/DF e de seu substituto legal, Senhor **José Duarte dos Santos Filho**,
11 encontrar-se em Reunião na Sede do Governo do Estado do Amazonas.
12 Cumprimentando a todos os presentes, havendo quórum legal e em conformidade
13 com a Pauta distribuída no prazo regulamentar aos integrantes do Colegiado, o Vice
14 Presidente do CES/AM Senhor **Gilson Aguiar da Silva** solicitou a atenção dos
15 presentes para a abertura dos trabalhos: **ITEM 01 – APRESENTAÇÃO E**
16 **APROVAÇÃO DA ATA DA 230ª (Ducentésima Trigésima) Reunião e 182ª**
17 **(Centésima Octogésima Segunda) Ordinária**, realizada no dia 28 de agosto de
18 2012, abrindo inscrições para manifestações sobre a referida Ata. Antes da
19 discussão sobre o assunto, o Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza** solicitou
20 inversão de Pauta e propôs que no **ITEM 04 DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA**, o
21 **Subitem 4.2** passe a ser o **Subitem 4.1**. A seguir a proposta de inversão foi
22 submetida ao Plenário sendo Aprovada. O primeiro inscrito para apreciação da Ata
23 foi o Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** que perguntou se ainda
24 existia a gravação da Reunião anterior, pois gostaria de saber se realmente, o que
25 está percebendo de ausente na Ata, não esteja na gravação. O mesmo declarou
26 estar sentindo a falta de alguns pontos, que salvo engano falou. Relatou que
27 abordou quatro questões importantes, discriminadas a seguir: primeira - sobre o
28 pedido que o Conselho de Medicina fez em abril de 2012 para que a Secretaria se
29 pronunciasse sobre o que aconteceu no ano de 2010, onde 60 milhões de Reais
30 deixaram de ser investidos na saúde, mencionou também que a metade do dinheiro
31 que seria destinado para as ações de eliminação da hanseníase não foi empregada
32 e isto não constatou na Ata apresentada. A segunda questão que sentiu ausente foi
33 seus questionamentos sobre se os Hospitais estão conectados em Banda Larga,
34 pois “isso foi uma afirmação feita no Senado Federal”. O terceiro ponto se refere à
35 presença do Conselho de Medicina no Comitê Estadual de Telessaúde, e que até o
36 momento o Órgão não recebeu uma resposta, e pediu a Mesa que tome
37 providências para evitar que o Conselho de Medicina acione o Ministério Público
38 Federal para dizer que o Conselho não dá conta de ajudar o Controle Social,
39 “porque 60 milhões é muito dinheiro e faz falta na Assistência”. O Conselheiro falou
40 também que gostaria de saber da Mesa, que providências foram tomadas em
41 relação a isso, e esclareceu que ela não é obrigada a fazer tudo, mas questiona se
42 houve encaminhamento do Ofício para que o Secretário se manifestasse sobre o
43 assunto, bem como para a Gerente do Fundo Estadual de Saúde e o Coordenador

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

44 do Telessaúde. O quarto ponto abordado foi sobre o diagnóstico que foi elaborado
45 sobre a necessidade de recursos humanos para a Secretaria de Saúde. O Vice-
46 Presidente **Gilson Aguiar da Silva** declarou que consta na Ata na linha 437 em
47 diante os assuntos abordados pelo Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino**
48 **Ramalho**, quanto à questão do documento que o Conselheiro fez referência, foi
49 encaminhado ao DGRH/SUSAM (Departamento de Gestão de Recursos Humanos)
50 para manifestação e que estão aguardando um Parecer sobre o assunto. Dando
51 continuidade à apreciação da Ata, o Vice Presidente **Gilson Aguiar da Silva**
52 solicitou correção na linha 93, observando o seguinte: onde se lê: “Esta Lei que
53 regulamentou os 12% do Estado e 15 % dos Municípios não tem nada sobre a
54 Gestão Nacional”, seja substituído por: “Esta Lei que regulamentou os 12% do
55 Estado e 15 % dos Municípios não tem nada sobre o financiamento da Gestão
56 Nacional”, e na linha 123 onde se lê: “pois tem vontade de levar pelo menos 01 por
57 Município”, substitua-se por: “pois tem vontade de levar pelo menos 01 Conselheiro
58 por Município”. Feitas as correções, a Ata foi colocada em Regime de Votação,
59 sendo Aprovada pelos Conselheiros. **ITEM 02 – COMUNICAÇÕES** – Após
60 esclarecer que as Comunicações Recebidas e Expedidas encontram-se na
61 Secretaria Executiva do CES/AM à disposição dos interessados, o Vice Presidente
62 comentou um dos Itens: o Exemplar do Conselho Nacional de Saúde - que fala da 1ª
63 Conferencia Mundial de Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade
64 Social e relata que neste Evento estiveram presentes apenas 2 (dois)
65 Representantes do Estado e 10 (dez) da Região Norte. Ressaltou que ele e o
66 Conselheiro **José Rodrigues** foram eleitos Delegados com os votos de outros
67 Estados, e a disputa para as vagas foi muito acirrada. Seguindo para o **ITEM 03 –**
68 **INFORMES: 3.1** – O Vice-Presidente **Gilson Aguiar da Silva** leu o Ofício Circular nº
69 39/2012 – SGE/MS – do Ministério da Saúde para o Secretário de Saúde do
70 Amazonas, enviado através da Secretaria de Gestão Estratégica e
71 Participativa/SGEP, por meio do Departamento de Articulação Interfederativa/DAI,
72 que parabenizou o Estado pelos esforços envidados para o uso do Sistema de Apoio
73 à Elaboração do Relatório Anual de Gestão – SargSUS e ressaltou a importância do
74 papel da Secretaria de Saúde para que os Municípios que ainda não enviaram o
75 RAG/2011 aos seus Conselhos de Saúde possam assim fazê-los, tendo em vista
76 que a obrigatoriedade da atualização do SargSUS é uma etapa importante para o
77 processo de Planejamento e de Transparência da Gestão do SUS, conforme
78 preconiza a Portaria GM 575/2012 e Lei Complementar 141/2012. O Vice Presidente
79 **Gilson Aguiar da Silva**, comentou também, que esse foi um comunicado da SGE/MS
80 enviado à Secretaria parabenizando pelo esforço que a mesma tem feito, e
81 esclareceu que mesmo assim, existe um documento na Mesa Diretora do CES/AM,
82 protocolado por ele no mês anterior, onde solicita ao Senhor Secretário de Saúde e
83 ao Colegiado, providências relacionadas aos Municípios que não tem sequer uma
84 folha escrita de seu RAG. Assim, declarou que alguma resposta deve estar sendo
85 providenciada para o Colegiado. Revelou a existência de um levantamento e a
86 evidência de um percentual considerado “um pouco alto” de Municípios que

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

87 aprovaram seu RAG: trinta e seis (36) Municípios aprovaram; quatro (04) Municípios
88 aprovaram com ressalva; doze (12) Municípios estão em apreciação pelo Conselho
89 Municipal de Saúde e dez (10) Municípios estão sem informação. Desta forma,
90 foram solicitadas da Secretaria, providências relacionadas a esses Municípios, tendo
91 em vista que o recurso cai todo mês, e perguntou: “- O que será feito? - Irão
92 continuar brincando com o dinheiro Público sem apresentar Planejamento? E os
93 Conselhos que fazem o seu papel, como ficam?” Seguindo a reunião, foram abertas
94 inscrições para os Conselheiros se manifestarem; assim o Conselheiro **Antônio**
95 **Ferreira de Oliveira Júnior** informou que no dia 26 de setembro de 2012 os
96 Sindicatos e algumas Associações de Saúde irão fazer uma manifestação em frente
97 ao Hospital 28 de agosto exigindo do Governo do Estado o reajuste que foi
98 anunciado para os mesmos, pois é ínfimo, visto que em 2009 não houve reajuste
99 para o Servidor Público Estadual, havendo apenas reajuste para outras categorias e
100 não para o Servidor Público Estadual de Saúde, então em função disso haverá um
101 movimento às 7h30min. O Conselheiro convidou todos os presentes para
102 participarem da Manifestação, disse que representa o Segmento dos Trabalhadores
103 no Conselho, por isso nada mais justo que expor essa situação que os deixam
104 constrangidos em frente ao Governo do Estado. O Trabalhador da Saúde do Estado
105 recebe muito menos que o Trabalhador da Prefeitura e às vezes até se envergonha
106 de comentar com um colega trabalhador na Prefeitura, que trabalha para o Governo
107 do Estado. O próximo inscrito Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho**,
108 iniciou sua fala dizendo que: “seria muito mais adequado se as pessoas não
109 tivessem que brigar por coisa que é de interesse comum”. O Estado deve trabalhar
110 para que a população tenha acesso à Assistência em Saúde, declarou que foi
111 informado que temos uma das melhores Redes de Urgência e Emergência do País,
112 e não foi oferecida a referência bibliográfica e a metodologia que chegou a essa
113 conclusão. O Conselho de Medicina decidiu convidar os Conselhos Profissionais que
114 tem o maior número de profissionais na rede para fazer inspeção nos Serviços de
115 Pronto-Atendimento da Capital, assim os Conselhos de Medicina, Enfermagem,
116 Odontologia e Farmácia visitaram todos os dez (10) Serviços de Pronto-
117 Atendimento-SPAs. O Conselheiro informou ao Plenário que para cumprir a
118 obrigação do Conselho de Medicina, no SPA Eliameme Rodrigues Mady, o
119 Conselho de Medicina sofreu com a resistência de um Administrador. A Diretora que
120 é Enfermeira não se encontrava na Unidade, então esse Administrador tentou
121 obstruir as atividades de fiscalização do Conselho, querendo impedir o acesso aos
122 prontuários dos pacientes. Disse que todos precisam saber que SPA não é lugar de
123 internar gente, é um serviço transitório, que se você olhar a ficha do CNES -
124 Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, nenhum deles tem leito, então se
125 não tem leito não é um serviço de internação, e nesse SPA havia seis (06) crianças
126 internadas, inclusive uma criança encontrava-se junto a um adulto, isso tudo foi
127 fotografado pelo Conselho de Medicina. Quando fomos buscar as informações para
128 denunciar ao Ministério Público e a Juíza da Infância, o Administrador se interpôs e
129 ligou para o Secretário de Saúde do Interior - Dr. **Evandro Melo**, que estava na



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

130 Gestão no momento substituindo o Dr. **Wagner William de Souza**, e impediu que o
131 Conselho tivesse acesso. Assim o Conselho entrou com representação na Justiça
132 Federal, no Ministério Público Federal e na Polícia Federal para apurar se houve
133 tentativa de impedir sua ação, e todos os Conselhos participantes vão dar entrada
134 em um pedido para fazer uma apresentação, na próxima reunião do Conselho do
135 que observaram nos dez (10) SPAs da Capital e onde se diz que “existe a melhor
136 assistência”. Relatou que estão convencidos de que é principalmente a falta de
137 pessoal de Enfermagem que é o maior problema, “está cheio de voluntários, cheio
138 de trabalho semiescravo, cheio de figurantes na assistência”; o que constitui um
139 comprometimento da assistência ao paciente; o que foi encontrado foi o pessoal
140 atendendo a Emergência na frente e pacientes internados lá atrás, sem gente de
141 Enfermagem para atender. Encontramos uma professora com seus alunos cuidando
142 dos pacientes, e “isto é um risco muito grande”. Na ação que o Conselho de
143 Medicina entrou contra o Estado, pediu a Juíza que mande desospitalizar todos os
144 pacientes que se encontre em SPAs, e os médicos foram advertidos para pedir a
145 internação hospitalar. Caso o Estado não providencie a internação, se eles
146 permanecerem lá no SPA e se o médico for chamado à responsabilidade, vai poder
147 dizer que pediu a internação e não foi providenciado pela Central de Regulação.
148 Assim, o Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** finalizou sua fala
149 informando que esta foi a contribuição do Conselho de Medicina para melhorar a
150 qualidade da Assistência da Saúde no Estado. Na sequência o Conselheiro **Luiz**
151 **Francisco Belém da Costa** informou que dia 27 de setembro é o “Dia Nacional de
152 Doação de Órgãos” e durante a semana haverá várias atividades concernentes à
153 Semana de Doação de Órgãos. No domingo, dia 23 de setembro, houve uma
154 passeata na Avenida Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus, e hoje dia 25 de setembro
155 está ocorrendo um Evento no Hospital Santa Júlia. O Conselheiro pediu
156 “encarecidamente” ao Governo do Estado, que se ele quer que exista doação de
157 órgãos, observe que precisa de alguma forma se empenhar para isso. Relatou que
158 viu a Coordenadora de Transplante trabalhando praticamente sozinha nessa
159 questão, contando apenas com o apoio das Clínicas de Hemodiálise, “apoio entre
160 aspas”- disse, pois somente a Clínica Santa Julia está apoiando, porque está
161 fazendo esse tipo de Cirurgia. Comunicou também que o Conselho Federal de
162 Medicina instituiu uma norma que “nós chamamos de Atestado Final”, esse Atestado
163 vai de encontro a um desejo muito grande de alguns pacientes terminais, que é
164 exatamente um acordo que se faz com o médico no sentido de não provocar mais
165 sofrimento no tratamento, uma vez que ele decide com o médico de que não quer
166 mais continuar sofrendo com medidas paliativas, com medidas somente para
167 postergar a vida, ou seja, é o primeiro passo que está se dando para permitir a
168 eutanásia no País. O Conselho Federal de Medicina aprovou essa norma e os
169 pacientes crônicos são de total acordo a essa medida. Finalizou, citando uma
170 reportagem da revista VEJA, que coloca que “os pacientes querem também decidir o
171 seu fim”. O informe do Conselheiro **Rodrigo Tobias de Sousa** fez referência a
172 Educação Permanente, relatou que no dia 26 de setembro iniciará um Programa de

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

173 Gestão Regionalizada executada pela FIOCRUZ que é uma demanda da SUSAM -
174 Secretaria de Estado da Saúde. A primeira parte, que iniciará na próxima semana
175 indo até a sexta-feira, será a formação de Tutores em um Curso de Especialização e
176 Gestão Regionalizada e a segunda etapa será iniciada com alunos das Regionais já
177 desenhadas pelo Estado e será desenvolvido então um Curso de Especialização e
178 de Aperfeiçoamento. A seguir o Conselheiro **Ildnav Mangueira Trajano** chamou a
179 atenção para o Programa Telessaúde dizendo que por parte do COSEMS, o serviço
180 está implantado nos Municípios, agora o seu pleno desenvolvimento depende da
181 infraestrutura do Município, porque às vezes é implantado, mas surgem problemas
182 como: quedas de raios e outras intercorrências, que acabam muitas vezes fazendo
183 com que o Telessaúde não atinja seu pleno funcionamento. Na sequência, o
184 Conselheiro **Rui Guilherme** justificou a que a Coordenação do Plenário está sendo
185 exercida pelo Vice Presidente **Gilson Aguiar** tendo em vista que o Presidente do
186 CES/AM Dr. **Wilson Alecrim** está viajando e a disposição de uma reunião em
187 Brasília e que seu substituto, Senhor **José Duarte dos Santos Filho**, encontra-se
188 em uma Reunião com o Governador do Estado. Começou sua explanação
189 agradecendo a presença dos alunos do 7º Período do Curso de Enfermagem da
190 Universidade Nilton Lins e informou que nos dias 02 e 03 de outubro a Federação
191 dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Amazonas estará promovendo um
192 Curso sobre Negociação Salarial para os sindicalistas interessados e todos os
193 Sindicatos estão convidados a participar. Será ministrado por um Jurista de Minas
194 Gerais e por outros especialistas do Amazonas, colocou-se a disposição para
195 inscrever as pessoas vinculadas aos Sindicatos interessadas na participação.
196 Informou também que a UGT, entidade vinculada aos Trabalhadores, está
197 desenvolvendo trabalhos na área do Trabalhador com Deficiência e foi organizada
198 uma Cartilha que aborda a Lei das Pessoas Portadoras de Deficiências, tendo em
199 vista que se sabe que ainda existem muitas dificuldades para acolher essas pessoas
200 e embora a Lei esteja vigorando, ainda há muita rejeição no mercado de trabalho,
201 assim, disse: - “é preciso que haja inclusão social, por isso a UGT está engajada
202 nesta luta”. O Conselheiro **Rui Guilherme** aproveitou para reforçar as palavras do
203 Conselheiro **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** sobre o Reajuste Salarial dos
204 Trabalhadores da Saúde, mas lembrou de que a luta sindical vem de grandes
205 conquistas, porém temos que trabalhar a questão das Políticas Salariais e Sindical e
206 não Política Partidária (“Política Politiqueira”) “é preciso muito cuidado neste período
207 eleitoral. O importante é fazer manifestação trabalhista, fazer manifestação de
208 reajuste salarial para uma categoria, porém separada da política partidária, e esse é
209 o papel das Centrais Sindicais, apoiar seus sindicatos filiados, mas em uma luta por
210 uma política salarial merecida para os trabalhadores” finalizou reafirmando ser
211 contrário ao envolvimento da Política Partidária na Luta Sindical dos Trabalhadores.
212 O Vice Presidente **Gilson Aguiar** reforçou o agradecimento à presença dos
213 Acadêmicos de Enfermagem e finalizou falando do Seminário que participou em
214 Brasília realizado pelo Conselho Nacional de Ministérios Públicos, esclarecendo que
215 compareceu em substituição ao Presidente do CES que não pode ir. A finalidade do

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

216 Encontro foi discutir a questão do Controle Social em Saúde e contou com a
217 presença dos Promotores que tratam da questão da saúde nos Estados. Disse que
218 um dos Promotores presentes, o Dr. **Gilmar**, de Minas Gerais, destacou alguns
219 pontos importantes como: o poder dos Conselhos de aprovar ou não as Prestações
220 de Contas, os Relatórios de Gestão e outros; que os Conselhos têm que ser um
221 instrumento criado por Lei; que a Capacitação Permanente para os Conselheiros é
222 extremamente necessária; que a questão dos Presidentes serem natos ainda é uma
223 realidade presente em alguns Conselhos do País; que ainda há muita ausência e
224 rotatividade de Secretárias Executivas nos Conselhos; que as competências da CIB
225 e da CIT precisam ser mais definidas. O Conselheiro disse - "Esse assunto já foi
226 muito debatido no CES/AM tendo em vista que havia um Parecer da CIB que tirava
227 competências do Conselho Estadual, por isso fiz um pedido de análise sobre o
228 assunto, e o Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Sousa** também o fez, e a
229 conclusão que chegaram é que não há um arcabouço jurídico que indique que essas
230 instâncias possam mudar a competência dos Conselhos Estaduais de Saúde e
231 deliberar pelos mesmos". Prosseguiu dizendo que "o Decreto 7508 de junho de 2011
232 que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde nº 8080, não modifica nada". Informou
233 ainda, o Senhor **Gilson Aguiar**, que andou fazendo uma pesquisa em todo País e
234 alertou sobre o perigo de muitos assuntos que estão indo para a CIB sem passar
235 pelo Conselho Estadual. O Conselheiro informa que estão entrando com um
236 documento para que a Pauta do CES/AM tenha uma oxigenação melhor, pois nem o
237 Decreto 7508 e nem a Lei Complementar 141 deste ano, que trata do financiamento
238 da saúde, modificam as competências dos Conselhos no que diz respeito às
239 deliberações e "existem muitas coisas passando para a CIB sem passar pelo
240 Conselho" e "se não existem mudanças na Lei, o Conselho precisa ser respeitado,
241 porque é muito perigoso os assuntos irem para a CIB sem o conhecimento do
242 Colegiado, pois depois pode ter que voltar ao Conselho". Declarou que o relatório do
243 Seminário está sendo elaborado e deverá ser encaminhado ao Colegiado junto com
244 as fotografias que estavam ali sendo expostas. Falou também do Orçamento dos
245 Conselhos e do caso do Município de Guapimirim no Rio de Janeiro, onde um
246 Gestor Municipal não disponibilizou orçamento para o Conselho de Saúde e a
247 Justiça Federal determinou que esse Gestor o disponibilizasse e oferecesse
248 condições mínimas para o funcionamento do Conselho. Disse que aqui no
249 Amazonas existem situações muito engraçadas e "constatadas pelas andanças nos
250 Municípios" através do Programa de Capacitação de Conselheiros. Declarou que na
251 próxima quarta-feira à noite estará viajando para o Município de Careiro Castanho
252 para auxiliar na modificação do Regimento do CMS e aprovação de seu orçamento.
253 **ITEM 04 – DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA: 4.1- Processo nº 24808/2012 –**
254 **DEPLAN/ Departamento de Planejamento – Referente ao Relatório de**
255 **Prestação de Contas do 1º Quadrimestre/2012 da SUSAM - Relator Conselheiro**
256 **José Rodrigues** - O Vice Presidente **Gilson Aguiar** prosseguiu obedecendo à
257 proposta aprovada de inversão de Pauta ocorrida no início da Reunião e esclareceu
258 que o Relatório de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre/2012 da SUSAM estará



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

259 também sendo viabilizado em Audiência Pública conforme preconiza a Lei
260 Complementar 141/2012. O Parecer será apresentado pelo Conselheiro **Rui**
261 **Guilherme Neves de Sousa** em substituição ao Conselheiro **José Rodrigues**.
262 Iniciando sua fala o Conselheiro **Rui Guilherme** expôs o histórico desta Prestação
263 de Contas, dizendo que a mesma foi exaustivamente discutida durante um período
264 de cerca de um mês com os Membros das Câmaras Técnicas de Planejamento e
265 Financiamento, que é composta por pessoas de vários setores da Secretaria de
266 Saúde e que, como Coordenador da Câmara de Financiamento, convidou a Sra.
267 **Radija Mary Costa de Melo Lopes** do Departamento de Planejamento - DEPLAN e
268 Membro da Câmara Técnica para apresentar o Parecer em slide e em seguida irá
269 apresentar a conclusão final do Parecer para os Conselheiros. A Senhora **Radija**
270 **Mary Costa de Melo Lopes** iniciou sua fala se desculpando, relatando que o
271 DEPLAN não elaborou uma apresentação específica para a data, pois não imaginou
272 que iria fazer uma fala direta no CES porque entendia que o Relator **José**
273 **Rodrigues** assim o faria. Informou que iria procurar ler o Parecer junto com o
274 Conselheiro designado e dar as explicações dentro da medida do possível, para que
275 houvesse os esclarecimentos necessários para votação do Plenário. Esclareceu que
276 há um atraso em relação à entrega deste 1º Relatório Quadrimestral por conta das
277 intercorrências das mudanças de legislação. Explicou que a Lei 141/2012
278 normatizou algumas questões que antes não estavam muito claras em relação aos
279 instrumentos de Gestão, principalmente ao Relatório de Gestão e ao Relatório de
280 Prestação de Contas que antes era trimestral e agora passou a ser quadrimestral.
281 Falou que nas discussões que ocorreram entre os entes envolvidos na saúde, havia
282 uma proposta de um formato de Relatório, explicou que a Lei trás o conteúdo, ou
283 seja, o que deve ter no Relatório, no entanto havia uma discussão de como seria o
284 formato deste Relatório, inclusive no Sistema Informatizado, pois como é de
285 conhecimento de todos a partir de 2011 o Relatório Anual de Gestão – RAG passou
286 a ser informatizado, permitindo a qualquer cidadão poder ter acesso às informações
287 através de uma ferramenta da internet que se encontra no site do Ministério da
288 Saúde. O DEPLAN permaneceu aguardando orientações neste sentido para
289 formatação do Relatório Quadrimestral, porque este vai acumulando até chegar ao
290 Relatório Anual, no entanto, como não saiu este instrumento, o Departamento de
291 Planejamento procurou buscar na Lei os dados que seriam obrigatórios informar, e
292 assim o Relatório foi montado. Esclareceu que o Departamento já está finalizando o
293 Relatório do 2º Quadrimestre e que a expectativa é de que na próxima Reunião já
294 seja item de Pauta. Portanto o Relatório do 2º Quadrimestre deverá conter mais
295 informações, maiores detalhamentos e estar completamente informado em relação
296 ao ano. O do 3º Quadrimestre já será praticamente o Relatório Anual de Gestão. A
297 seguir a Senhora **Radija Mary Costa de Melo Lopes** procedeu à leitura do Parecer
298 que havia sido distribuído para todos os Conselheiros, referente à Prestação de
299 Contas do 1º Quadrimestre da SUSAM (cujo Processo de nº 24808/2012 encontra-
300 se arquivado na Secretaria Técnica do CES/AM à disposição dos interessados).
301 Após a leitura inicial, o Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Sousa** esclareceu que

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

302 convidou todos os Membros das Câmaras Técnicas para participar da Reunião com
303 a finalidade de apoiar a Relatoria e agradeceu a presença dos mesmos, passando a
304 ler a conclusão do referido Parecer. As Sugestões e Recomendações foram as
305 seguintes: 1º. Os recursos adquiridos através de convênios pela SUSAM, das
306 diversas fontes identificadas deverão ser mais bem acompanhados, quanto ao prazo
307 e percentual de execução. 2º. Com relação as noventa e sete (97) ações
308 programadas, acompanho as recomendações contidas no Relatório das Câmaras
309 Técnicas de Gestão e Planejamento e de Financiamento, pois o quantitativo
310 existente termina não atingindo o foco das ações principais, haja vista que a
311 execução alcançou o patamar de 53,60% da programação do período, lembrando
312 que essa situação também ocorreu no exercício de 2011, havendo, portanto
313 necessidade de adequações; 3º. Os quadros com a produção das Unidades de
314 Saúde integrantes da Rede Assistencial, não apresentam dados suficientes para
315 uma análise crítica, pois esses resultados de produção não refletem o alcance de
316 metas, a qualidade dos serviços e a efetividade das ações para a população usuária.
317 Dando prosseguimento à Reunião, o Vice Presidente Senhor **Gilson Aguiar da**
318 **Silva** submeteu ao Colegiado o Parecer apresentado para discussão e deliberação.
319 O primeiro Conselheiro inscrito para manifestação sobre o assunto foi o Senhor
320 **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** que falou o seguinte: Minha observação aqui
321 nesse Relatório é quanto às datas: “não vi datas. Não há especificação de quando o
322 Relatório foi recebido pelo Relator. O Relator assinou sem datar. Então quando foi
323 que ele aprontou esse Relatório? Foi ontem? Na semana passada? Há um mês?”.
324 Expôs que na Plenária passada foi aprovado o RAG de 2011 e já estamos
325 praticamente no final de 2012, faltam apenas cinco dias para o mês de outubro e
326 estamos aqui aprovando um Relatório referente ao período até abril. Isso é um
327 absurdo, nós já estamos com um Sistema Informatizado, no século 21 e as coisas
328 continuam nesse patamar. Nós vamos estar aqui em 2020 aprovando contas de
329 2015. Então isso tem que acabar, “acho que devemos começar a repensar nos
330 nossos votos, repensar nas nossas aprovações”. “Buscar principalmente o
331 cumprimento de prazos e ter nossos Conselheiros respeitados”. A seguir o
332 Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** efetuou as seguintes
333 observações sobre o Relatório: Reforçou a questão das datas colocadas pelo
334 Conselheiro que falou anteriormente, e solicitou uma cópia da Lei Complementar
335 141/2012, pois “ela estabelece prazos muito claros, sendo assim este nem é o local
336 nem a hora da apresentação, porque a Lei Complementar é muito clara tem que ser
337 na Assembleia Legislativa. Eu me lembro de que sofri o constrangimento maior do
338 mundo insistindo nisso aqui, e disseram que não é verdade. “Tem que haver uma
339 Audiência na Assembleia Legislativa e é independente da apresentação ao
340 Conselho”. Assim o Conselheiro, considerou a Prestação de Contas “extemporânea,
341 fora de hora e ilegal”, posto que não está como prevista na legislação, declarou que
342 caberia denunciar ao Ministério Público, disse que “cabe aos Conselheiros não
343 enfeitar o auditório mas sim controlar, além do mais quando a gente tem o
344 Secretário de Saúde do Estado na posição mais alta dos píncaros da glória, que é

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

345 ser Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, é o mais
346 alto posto, então tem que ser exemplar”. Disse ainda: “Apesar de parecer para
347 maioria de nós uma aula de javanês”, o que acontece é que está colocado que
348 apenas metade dos recursos foi investido. Pontuou também a gravidade do
349 Relatório não estar acessível a todos, pois não foi projetado na Reunião, para todo
350 mundo entender. Falou que o Relatório têm duas partes: a Fonte de Financiamento
351 e o Programa. E disse que a Fonte até não interessa muito, “mas qual é o
352 Programa? Em que deixou de ser investido o dinheiro?” Disse que não conseguiu
353 identificar os dados da Assistência Direta à Saúde, que é o programa 3267 e que no
354 Parecer as páginas não estão numeradas. Declarou que a Fonte 3267, que é o
355 Programa Investimentos em Saúde, foi executado 17,97%, (vide ações), se a gente
356 voltar no quadro para ver quanto de dinheiro é desse programa, temos R\$
357 53.914.000,00 autorizados para investir na Assistência a Saúde para população do
358 Amazonas. Já estamos no mês de setembro e não sei quanto investiram.
359 Pressupõe então que as pessoas que precisaram de acesso a Assistência lá no
360 começo do ano, não tiveram acesso ou ela foi prestada de forma insuficiente. No
361 item Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde e Gestão de Políticas Estratégicas
362 e Transversais, “isso é o maior discurso em todo canto”. O fortalecimento da
363 Atenção Básica está reconhecido em vários documentos da Secretaria de Saúde.
364 Desde o ano de 2010 o Relatório de Gestão aponta para a necessidade de
365 considerar com mais ênfase a questão da Atenção Primária. O programa 3284 tinha
366 previsto R\$ 3.094.350,00 e foram efetivamente utilizados R\$ 19.000,00 assim se vê
367 que é essa é a prioridade dada as Políticas Transversais e a Atenção Primária em
368 Saúde. No outro: Aperfeiçoamento da Gestão do SUS (Programa 3231), que possui
369 13 ações, são R\$ 2.452.881,00 foi efetivamente empenhado R\$ 1.800,00 e pago R\$
370 1.486,00. No outro programa que é a Copa da Amazônia tem R\$ 40.000, deve ser
371 um Seminário e não foi feito nada até agora nesse sentido. Na infraestrutura de
372 Tecnologia da Informação foi 0% investido (programa 3244) e na frente se vê que
373 tem R\$ 1.649.000,00 destinados para Tecnologia da Informação, a questão da Rede
374 de Telessaúde deve estar contemplada aí em algum aspecto, e “não foi feito nada
375 até agora”. Parece que o que está acontecendo é que “o dinheiro não é investido na
376 hora certa, os recursos não estão na hora certa, e o povo do Amazonas está ficando
377 atoladinho (conforme conotação crítica musical de Tom Zé)”. O que se observa de
378 mais grave nos dois itens de Financiamento é que a Saúde Itinerante (apesar de eu
379 ser contra) tem uma fortuna alocada e “os Hospitais do Interior não tem condição de
380 fazer cirurgia, não tem segurança anestésica, não tem pessoal, não tem estrutura
381 adequada, é um mutirão de carne, porque sai e deixam um pessoal da cidade com
382 um monte de problemas”. Em um determinado local das 19 cirurgias oftalmológicas
383 que ocorreram todos os pacientes se infectaram com “pseudomonas” e vieram para
384 Manaus com risco de perder a visão. Mais esse Programa tem alocado lá “uma
385 bagatela de dinheiro” e nessa parte de investimento na Assistência tanto na Saúde
386 Itinerante como no Fortalecimento da Atenção Básica que é o que beneficia os
387 Municípios do interior quase nada foi investido. “Então estou ficando cada vez mais

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

388 convencido de que é perverso realmente a atitude e o comportamento do Estado
389 para com o povo do Interior, por que lá mora 49% da população do Estado do
390 Amazonas vivendo de total dependência da assistência pública, em precárias
391 condições de comunicação e isolamento”. E a parte mais preciosa e importante dos
392 recursos de investimento que é da Atenção Básica, na descentralização do
393 programa de cirurgia, não está investida. Finalizando, relata o Conselheiro **Antônio**
394 **de Pádua**, que o próprio Relator diz que não dá para entender a demanda do 3º item
395 do Relatório que trata das Ações e de que forma elas impactaram na Assistência e
396 na vida das pessoas e que os quadros apresentados não mostra a relação entre
397 indicador de saúde, de melhoria na saúde e cobertura, então o Relatório não
398 proporciona isso. Resumindo suas considerações, o Conselheiro pontuou o
399 seguinte: O Relatório está fora do prazo; o Relatório não deveria ser apresentado
400 dessa forma e nem nesse lugar; o Relatório não é inteligível - porque qualquer
401 cidadão tem que olhar e entender; o Relatório deve conter quanto são e quanto
402 estamos gastando e pagando para os Cargos e Funções Comissionadas para
403 executar as ações; quantos Cargos têm? O Relatório deve conter quanto de dinheiro
404 é gasto efetivamente na Rede e porque as pessoas não estão executando o que tem
405 para executar? Separar o que é Contratado do que é Rede Própria. Questiona se o
406 Conselho não poderia fazer uma Resolução para dizer como que gostaria que fosse
407 feito o Relatório, pois “o programa de AIDS não foi executado, o programa de
408 Hanseníase não anda. O programa de Assistência no Interior não vai. A Saúde
409 Básica não é fortalecida. E quanto está se gastando com isso?”. Existe uma parte do
410 Relatório que trata da Relação entre Público e Privado, “acredito eu que deveria ser
411 especificado o quanto de dinheiro é efetivamente utilizado na Rede e quanto está
412 favorecendo a Terceirização e a desapropriação do Estado de sua obrigação. Por
413 que é uma fortuna que se paga com as Cooperativas. Como a gente está vendo aí a
414 fortuna que se paga com a Terceirização. O maior exemplo que a gente tem é o do
415 Hospital 28 de agosto, onde todos os Funcionários Públicos da Oftalmologia foram
416 afastados e foi contratada uma Cooperativa para prestar serviços. Os funcionários
417 nem conhecimento tomaram. “A Cooperativa chegou e mandaram eles embora no
418 outro dia”. Então acho que falta ainda um Relatório que separe exatamente o que é
419 Investido nas pessoas, no meio e no fim e acho que a gente tem que normatizar
420 isso. Então, essa Lei Complementar 141/2012 que regulamenta o assunto diz que
421 são 3 momentos do ano e que onde tem que ser apresentado esse Relatório é na
422 Assembleia Legislativa e não aqui nesse Conselho. A seguir, o Conselheiro **Silvano**
423 **de Souza Fonseca**, iniciou fazendo suas observações sobre o Relatório falando
424 sobre um ponto abordado anteriormente que é o da Tecnologia da Informação, pois
425 consta no Relatório um valor autorizado e não demonstra quanto foi empenhado,
426 liquidado e pago. Outra questão que não observou no Relatório foi o valor que a
427 SUSAM gasta com Mídias de Saúde (divulgação). Outra situação consta na parte 2
428 sobre a questão das Auditorias, e o Conselheiro questionou se podem ter acesso a
429 essas Auditorias, e se poderiam fazer uma análise crítica e o setor apresentar de
430 tempos em tempos no Conselho. Outro questionamento foi em relação ao Item

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

431 Órteses e Próteses e Materiais Especiais: consta um valor de R\$ 17.135,00, e na
432 Produção e Serviços foram gastos R\$ 2.257.545,55. O Conselheiro lembrou ao
433 Colegiado que tem relatado frequentemente nas Reuniões o caso de sua familiar
434 que vem enfrentando problemas junto ao Hospital Adriano Jorge, pois necessita de
435 material para Cirurgia e o Hospital alega não ter recursos para comprar a Prótese e
436 inclusive ela retornou para casa. Falou que a quantia de R\$ 2.000.000,00 é uma
437 quantia bem expressiva, “assim tanto dinheiro e não atende o objetivo”. Abordou
438 também o que consta no Parecer no Item Recomendações e Considerações:
439 “Relembrando que essa situação também ocorreu no exercício de 2011 havendo,
440 portanto necessidade de adequação, o que se observa então, que por duas vezes
441 acontece o mesmo problema e ninguém toma providências, têm que afastar Gestor,
442 tem que ver o que está acontecendo, tem que chamar alguém para ver essa
443 situação”. Prosseguindo o debate, o Conselheiro **Luís Francisco Belém Costa** falou
444 que se sentia contemplado pelos colegas que lhe antecederam, mas que gostaria de
445 abordar mais dois pontos. Mas antes disse que gostaria de registrar um elogio para
446 a Equipe do DEPLAN e para os Conselheiros que estão participando desses
447 demonstrativos, pois relata que já participou de várias Prestações de Contas, e nas
448 anteriores, esses dados que constam antes da parte 2: “No detalhamento da
449 Execução, Funções por Programas, PPA de 2012 a 2015”, isso seria omitido,
450 portanto estamos evoluindo neste sentido. Com relação aos 2 pontos a abordar,
451 expôs o seguinte: Um é que “não consegue ver uma luz no final desse túnel”, porque
452 na parte 1.D - Demonstrativo do Montante por Natureza de Despesa, tem Despesas
453 de Custeio que é o que sustenta todas as Unidades (água, luz, telefone), é o que
454 segura a Unidade no Estado todinho. Tem uma dotação inicial de R\$
455 557.000.000,00, mas para as Cooperativas eu tenho R\$ 337.000.000,00. Tendo
456 pago R\$ 81.000.000,00 desse Custeio para sustentar o Estado todinho, ou seja a
457 rede todinha, quase a mesma coisa do Custeio, ou seja, hoje as Cooperativas
458 representam 30%. Tenho acompanhado esses dados: as Cooperativas já foram
459 22%, já foram 25%, 27,5% e hoje elas representam 30% de todo o valor de Pessoal
460 que é gasto no Estado e esse 30% está na mão de 1.000 pessoas. E é por isso que
461 o Estado não tem como dar aumento. O Servidor Público está ganhando uma
462 “mixaria” essa que é a realidade. O Servidor Público é um infante, está sempre
463 pegando a população na frente e as reclamações são pra ele, e então vem as
464 Cooperativas de Técnicos, Enfermagem, de diversos Médicos e o Servidor fica
465 nessa situação. Outra coisa que gostaria de abordar é sobre a questão da política
466 colocada pelo Conselheiro **Rui Guilherme**, afirmando que pensava da mesma
467 forma. Só que política, sindicalismo e reclamação estão sempre envolvidos, porque
468 a elite dominante do País sempre vai impor a política dela. Assim ele vê hoje o
469 sucateamento do Conselho Estadual de Saúde que está caminhando para uma
470 Política criada pela Presidente com a conivência do Ministério da Saúde. O atual
471 Ministro quer o enfraquecimento do Conselho Estadual de Saúde e daí a gente vê a
472 política dentro da saúde e em todo lugar. Finalizando, o Conselheiro falou que na
473 Parte 3, no segundo quadro do Relatório, tem a Ação de Promoção e Prevenção em



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

474 Saúde com R\$ 187.000,00, em compensação os Procedimentos Cirúrgicos R\$
475 18.000.000,00, Procedimentos Clínicos R\$ 53.000.000,00, deveria estar invertida
476 essa situação, deveria ser investidos em Prevenção, se não se investe em
477 Prevenção como podemos resolver as coisas? Não temos hoje Exame para Hepatite
478 C, nós não temos Dosagem de Tracolimus, não temos dosagem de Ciclosporina e
479 não temos nefrectomia, não temos Urologista, não temos Endocrinologista. Não se
480 tem Prevenção. Daí acaba indo para as Cooperativas. A seguir o Vice Presidente
481 **Gilson de Aguiar** passou a palavra para Sra. **Radija Mary Costa** que mencionou
482 que iria fazer alguns esclarecimentos com base na fala dos Conselheiros.
483 Relembrou que a Apresentação refere-se apenas ao 1º Quadrimestre e a LOA, o
484 Orçamento e a Programação apresentada referem-se ao ano todo, então não
485 necessariamente porque está no Orçamento as Ações serão executadas a cada
486 mês, tem Ação que será executada de uma vez que pode ser no início do ano ou no
487 final do ano, dependendo da situação encaminhada internamente à Secretaria ou de
488 conjuntura alheia à Secretaria. Às vezes necessita-se abrir Processo Licitatório e
489 outras situações que podem atrasar todo o processo, portanto o fato de ter
490 executado “tanto por cento das Ações” (conforme costuma ser dito), faz parte do
491 processo, porque ninguém pretende executar todas as Ações mês a mês, são
492 tempos e dinâmicas diferentes. Em relação ao Orçamento e ao Planejamento,
493 nossos Programas são os maiores do Estado, são 15 Programas e 97 Ações, que
494 saíram de todo um processo de construção, onde as pessoas se colocaram diante
495 de suas necessidades e o Setor de Planejamento procurou fazer um trabalho de
496 convencimento para tentar mostrar que não se pode colocar o operacional dentro do
497 orçamento para não ficar um número excessivo de Ações. Busca-se então otimizar
498 para dar maior gerenciamento, visibilidade e transparência e facilitar assim o
499 acompanhamento do Controle Social. A Sra. **Radija**, admitiu a existência de
500 problemas e que a recomendação do CES quando analisou o RAG do ano passado
501 e constatou a não realização de Ações foi de “enxugar” a máquina. Quanto a isso o
502 Planejamento tem feito um grande esforço para que se efetive, mas é preciso ficar
503 claro que o setor trouxe um Planejamento que visa refletir o momento da Secretaria
504 de Saúde, principalmente voltado a construção das Redes e outras situações, se
505 isso vai ser executado ou não, é preciso que os Conselheiros observem que este é o
506 1º Relatório, que não está dentro da temporalidade por conta da espera de um
507 modelo que não veio, porém que está formatado dentro da Lei. Falou que o Setor de
508 Planejamento se preocupou não só de trazer as informações do SargSus, mas
509 também de trazer informações adicionais. Em relação às Ações de Promoção e
510 Prevenção, foi explicado que o Relator não se ateve só ao Relatório, montou seus
511 próprios quadros. Na parte de Produção de Serviços, o valor colocado se refere ao
512 informado no Sistema (SIA/SUS) e com certeza o valor que foi alocado pelo Estado
513 para essas Ações foram muito maiores, o valor apresentado foi o codificado nos
514 Boletins e lançados no Sistema. Diz que é um equívoco se pautar só neste quadro.
515 Ressalta que não está afirmando que o valor atendeu todas as necessidades. Com
516 relação à ação de Tecnologia é um Programa da Secretaria de Tecnologia e não

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

517 estava previsto no Orçamento, por isso não teve dotação inicial, posteriormente o
518 valor vai ser destacado para as Fundações, pois se trata de Projetos que foram
519 aprovados, mas que não tiveram tempo hábil para serem executados no 1º
520 Quadrimestre, pois foram recursos captados posteriormente. O próprio Ministério da
521 Saúde aprova Projetos ao longo do período e isso vai sendo suplementado no
522 Orçamento, deu exemplo das Redes de Urgência e Emergência que teve há pouco
523 tempo a publicação de uma Portaria, e esse recurso não estava previsto
524 originalmente e vai ser suplementado no Orçamento. A dinâmica é um pouco
525 diferente, há problemas, mas as pessoas que não estão na Execução muitas vezes
526 tem dificuldade de entender. Prosseguindo, O **Vice Presidente**, que era o último
527 inscrito para fazer comentários sobre o Parecer do Relatório de Prestação de Contas
528 do 1º Quadrimestre/SUSAM, falou sobre a questão dos prazos, disse que o
529 RAG/2011 do qual foi Relator, no período apresentado ainda não havia a Legislação
530 de nº141, já nesta Prestação de Contas há uma tentativa da Gestão de se adequar a
531 Lei, disse que “estamos atrasados mesmo, precisamos correr muito para atualizar
532 isso e a expectativa é que em 2013 o 1º Quadrimestre seja analisado dentro do
533 período. Quanto à análise desta Prestação de Contas, temos prazo ainda, pois o
534 ano ainda não terminou”. Aborda o Artigo 36 da Lei Complementar 141 (Art. 36: O
535 Gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente
536 ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: I -
537 montante e fonte dos recursos aplicados no período; II - auditorias realizadas ou em
538 fase de execução no período e suas recomendações e determinações; III - oferta e
539 produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada,
540 cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito
541 de atuação.) Diz que esta Legislação é sempre muito trabalhada nas Capacitações
542 de Conselheiros de Saúde dos Municípios do Amazonas e que a mesma fala “da
543 apresentação do Relatório referente ao quadrimestre anterior”, então ainda estamos
544 dentro do prazo; expõe que, no Parágrafo 1º (A União, os Estados, o Distrito Federal
545 e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante
546 o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de
547 março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir
548 parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei
549 Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos
550 de acesso público...). Prossegue dizendo que a Mesa tem cobrado e a Equipe
551 Técnica do CES também tem mostrado para os Municípios, que não se pode realizar
552 Prestação de Contas uma vez por ano, já o RAG é diferente, existem muitas
553 pessoas com cabeças diferentes em todo o Estado, inclusive mandando
554 informações destas Unidades Mistas. Falou que questiona sempre essas
555 informações, bem como fazem como outros Conselheiros, em relação às
556 Cooperativas considera um gasto muito alto em relação aos atendimentos
557 prestados, temos que caminhar para nos libertar desse problema. Foi já apresentado
558 inúmeras vezes, inclusive por Representantes do CRM na época, a questão das
559 Cooperativas, dizer que Cooperativa não dá lucro não é verdade. A Cooperativa

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

560 ainda é um problema muito sério para nós e precisamos caminhar de uma forma a
561 nos libertar disso, pois a partir daí poderemos ter uma aplicação de recursos muito
562 melhor na Rede, no Aperfeiçoamento da Gestão, no Fortalecimento da Atenção
563 Primária e no Investimento em Saúde. Quando nos libertarmos das Cooperativas
564 teremos mais Recursos para que se aplique em outros Programas. Sugeriu ainda o
565 seguinte: de acordo com a Lei Complementar 141, no Parecer, na 1ª página - “o
566 produto apresentado é fruto do trabalho preliminar da Comissão de Financiamento” -
567 fala que já solicitou a Gestão que o estudo e o levantamento e análise do Relatório
568 de Gestão se dará logo que apresentar o Relatório Anual como diz a Lei. O prazo
569 final é março de 2013, de apresentar o RAG e levar ao conhecimento público. O
570 Vice-presidente **Gilson Aguiar** diz que há uma Ata sugerindo que as Comissões de
571 Financiamento e de Planejamento trabalhem juntas, pois basicamente possuem os
572 mesmos Membros, mas há um “entendimento meu, como Coordenador da
573 Comissão de Gestão e Política, de que é quase impossível fazer uma Prestação de
574 Contas e ao mesmo tempo um Relatório de Gestão. A Prestação de Contas ainda
575 consegue, mas o RAG quando finaliza o ano você tem uma visão geral”. Assim,
576 sugere mudança, porque regimentalmente as Comissões não estão juntas, e a
577 proposta de Regimento do CES está no Gabinete Civil junto com a Lei, futuramente,
578 vamos tirar uma deliberação para reformular as Câmaras, Comissões e Comitês e
579 se o Colegiado achar que devemos ficar juntos ficaremos, se não vamos respeitar a
580 decisão. A Comissão de Financiamento continuará fazendo seu trabalho e a
581 Comissão de Planejamento o seu. O Conselheiro **Rui Guilherme**, pergunta se ele
582 não está fazendo uma divisão. O Conselheiro **Gilson Aguiar** fala que não é divisão
583 pois nunca estiveram juntos, percebe que na análise da Prestação de Contas, nunca
584 se analisa o Relatório, porque não dá tempo mesmo. A sugestão é que se cumpra o
585 Regimento e as Comissões permaneçam separadas. O Vice Presidente **Gilson**
586 **Aguiar da Silva**, diz que acatada todas as observações dos Conselheiros,
587 observada a Lei 141 que diz que a Prestação de Contas deve ser apresentada nos
588 meses de maio, setembro e fevereiro em Audiência Pública, e que todos podem ter
589 certeza que a Mesa Diretora estará cobrando para que seja assim mesmo. Disse
590 que tem contato com outros Conselhos Estaduais e tem observado alguns detalhes
591 importantíssimos, e que com todas as dificuldades apresentadas, o Amazonas ainda
592 caminha melhor que muitos Estados, dando como exemplo Alagoas, Maranhão e
593 outros. Feitas as observações foi colocado em Regime de Votação o Processo nº
594 24808/2012 – DEPLAN/ Departamento de Planejamento – Referente ao Relatório de
595 Prestação de Contas do 1º Quadrimestre/2012 da SUSAM - Relator Conselheiro
596 José Rodrigues, ficando assim o resultado: Favoráveis - (5) cinco votos, Contrários -
597 (5) cinco votos Abstenções - (3) três votos. Manifestando-se sobre a votação o
598 Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** mencionou que “se ficar assim
599 fica um empasse porque quem desempata é o Presidente, se não tem Presidente
600 para votar encerra-se o processo, o Presidente do Conselho pode votar para
601 desempatar, e ele não vota duas vezes”. Em seguida, o Vice-Presidente **Gilson**
602 **Aguiar da Silva** informou que estava consultando o Regimento, que é o instrumento



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

603 maior na condução dos trabalhos. O Conselheiro **Antônio de Pádua** afirmou que o o
604 Relatório de Gestão foi reprovado, o Vice Presidente começou a ler o Regimento -
605 “Das atribuições do Presidente - participar das discussões e Votações e, quando for
606 o caso exercer o direito do voto de desempate”. Prosseguindo o Conselheiro falou: -
607 “Regimentalmente o Presidente vota duas vezes”. Houve rejeição dos Conselheiros
608 em relação a fala anterior e o Vice-Presidente leu novamente: - “Ao Presidente
609 incumbe dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Conselho
610 Estadual de Saúde, representar o Conselho, instalar o Conselho, presidir, submeter
611 o governador, suscitar o pronunciamento do Conselho, no 5º - Promover a
612 convocação e submeter à ordem do dia, 6º - participar nas discussões e votações e,
613 quando for o caso de empate exercer direito do voto de desempate”. Está muito
614 claro, disse o Conselheiro, “houve um empate eu vou decidir, é isso que diz o
615 Regimento.” O Conselheiro **Antônio de Pádua** prosseguiu no debate sobre o
616 assunto solicitando ver os documentos de afastamento do Secretário e do
617 Subsecretário aqui e agora, e ver se ambos se afastaram de forma adequada na
618 forma da Lei. O Vice Presidente **Gilson Aguiar** colocou que está Regimentalmente
619 amparado, somente seguindo o que reza o Regimento e que isso sempre
620 aconteceu, em inúmeras vezes o Secretário já decidiu dessa forma. O Conselheiro
621 **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** manifestando seu posicionamento falou:
622 “Gilson a questão não é a sua função, estou falando da função do Presidente, vê se
623 te tira dessa função, vamos imaginar o Dr. **Wilson Alecrim** aí certo”? “Ele tem a
624 plaquinha? Ele representa o que? Qual o segmento? **Gilson Aguiar** respondeu,
625 “Sim, o Presidente recebe a placa de Gestor”, - “ninguém está ferindo o Regimento,
626 podemos continuar a votação e encerrar esse assunto”? E citou que o Conselho é
627 representado por três (3) segmentos Gestor/ Prestador, Trabalhador e Usuário, - “e o
628 Presidente é Gestor ou não é mais”? Falou: “E não podemos deixar tumultuar nossa
629 Reunião.” O Conselheiro **Luiz Francisco Belém da Costa** pediu a relação onde
630 constavam os nomes dos Conselheiros e Segmentos e disse: “os Representantes do
631 Secretário do Estado da Saúde são: **José Rodrigues, Antônio Evandro de Melo**
632 **Oliveira e Joaquim Alves**, o Presidente faz parte da Mesa”. O Vice Presidente
633 **Gilson Aguiar** disse: “Nosso Regimento diz: O Secretário de Saúde é o Presidente
634 nato do Conselho”. Nosso Regimento ainda não mudou, quando nós mudarmos
635 nosso Regimento aí sim! Quando mudar...Como é o meu desejo de mudar, como diz
636 a Resolução 453, teremos apenas 3 segmentos, mas por enquanto não”. O
637 Conselheiro **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** perguntou: São quantos
638 Membros? E após a contagem, continuou: -“São 16 Membros, com o Dr. **Wilson**
639 **Alecrim** 17”. O Vice Presidente prosseguiu falando: - “Gente o nosso Regimento é
640 desse jeito até que o Governador aprove o novo modelo encaminhado e a nova Lei
641 que já está em seu Gabinete, nós não podemos mudar nada aqui agora”. O
642 Conselheiro **Antônio Junior** falou: “São 16 Membros e o Dr. **Wilson** é o 17º isso tira
643 a Paridade”. O Vice Presidente prosseguiu em sua explicação: -“Gente o nosso
644 Regimento está errado e vocês sabem disso”. “Eu sei que o Regimento está errado,
645 mas não vou rasgar o Regimento até que chegue um novo Regimento, que está no



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

646 Gabinete Civil". "Não posso fazer nada, apenas luto para que venha o mais rápido
647 possível". O Conselheiro **Antônio de Pádua** prosseguiu dizendo: "O Colegiado tem
648 16 pessoas, só quem pode presidir é o Membro do Colegiado, se a pessoa não está
649 incluída no mesmo jamais pode vir excentricamente trazida pelos anjos para presidir
650 o Colegiado, mesmo que a Lei tenha colocado isso de forma equivocada, e faz 3
651 anos que esse Conselho reclama desta Lei que está na Casa Civil para ser reparada
652 e não repara, aqui tem que ser exemplar, porque estamos no Colegiado da
653 Presidência do CONASS e não pode ser um negócio tão esdrúxulo". Fez ainda a
654 seguinte proposta: -" Faz a votação do jeito que foi e depois a gente se conduz, e
655 pede Auditoria sobre o que está acontecendo aqui". O Vice Presidente **Gilson**
656 **Aguiar** diz que isso só vai fortalecer os seus pedidos de regularização da situação e
657 prossegue citando o Art. 6 Sessão 1 do Regimento Interno do CES/AM - "O
658 Conselho Estadual de Saúde será presidido pelo Secretário de Saúde ou de Órgão
659 equivalente". Assim, declara o Sr. **Gilson Aguiar**: -"você desejam tanto mudar essa
660 Lei tanto quanto eu. Trabalhamos mais de um ano para formular uma proposta de
661 Lei e lá ela está adormecida agora, e nós estamos em toda Reunião da Mesa
662 Diretora solicitando que o Governador aprove logo essa Lei, porque lá tem uma
663 paridade correta. É um anseio nosso, nós andamos nos Municípios falando sobre
664 isso, em todas as Capacitações em falo, quando explico a Resolução 453, digo: -
665 gente o CES/AM não está com sua composição correta. Então, assim nós não
666 vamos avançar. Prossequindo a Reunião, o Conselheiro **Antônio Ferreira Junior**
667 fez declaração de voto, dizendo não estar de acordo com a Aprovação da Prestação
668 de Contas. O Conselheiro **Antônio de Pádua**, também fez Declaração de Voto
669 Contrário e justificou com as seguintes palavras: "que o Conselheiro do Ministério da
670 Saúde disse que o Relatório não faz referência as Auditorias realizadas, que o
671 Conselheiro Relator disse que não tem uma relação entre Produção e os Resultados
672 e também porque está fora de hora, já era para estar sendo apresentado o Relatório
673 do 2º Quadrimestre, por esses 3 fatores a Representação dos Trabalhadores das
674 Corporações vota Contra a Prestação de Contas". O Conselheiro **Rui Guilherme**
675 lembrou que foi esse Colegiado que elegeu a Mesa Diretora e a Câmara de
676 Financiamento e Gestão porque acreditou no trabalho dos mesmos, solicitou ao
677 Conselheiro **Antônio de Pádua** o respeito aos demais Conselheiros, caso o mesmo
678 tenha alguma prova contra ele que passe para a Mesa Diretora ou passe para os
679 demais Conselheiros e solicitou também que conste em Ata que o Representante
680 das Centrais Sindicais Votou a Favor da Prestação de Contas. Foi colocado no final
681 da Relatoria que fosse revisado o Plano no final de ano, porque muitas vezes
682 estamos fazendo análise prematura, precisamos ter documentos em mão antes de
683 acusar outras pessoas. O Vice Presidente **Gilson Aguiar** disse que precisavam
684 concluir e declarou que estava empatada a votação, com 5 votos a favor e 5
685 contrários e que caberia a Presidência do CES/AM o voto de minerva e de acordo
686 com Art. 13 do Regimento, declarou seu voto a Favor do Relatório, com a inclusão
687 de todas as observações feitas pelos Conselheiros bem como solicitando revisão do
688 Plano. **ITEM 4.2 Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS -**

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

689 **MENPS/AM – Assunto Parecer da Assessoria Jurídica sobre os Sindicatos que**
690 **não possuem Carta Sindical.** O Vice Presidente **Gilson Aguiar**, dando
691 continuidade à discussão dos itens da Pauta passou a palavra ao Senhor **Sidclei**
692 **Lima da Silva**, Conselheiro e Membro da Mesa Diretora. O Sr. **Sidclei Lima** iniciou
693 falando sobre os problemas ocorridos com a Mesa de Negociação anteriormente
694 instalada e se propôs a fazer uma pequena retrospectiva do que ocorreu em relação
695 a isso. Segundo ele, o problema do Regimento ocorreu da mesma forma na
696 MENPS, o que importa é que o Colegiado, as pessoas que tem poder de decisão
697 fazerem as coisas acontecerem realmente. É preciso que as pessoas tenham atitude
698 e que as ideias que ficam na cabeça sejam postas no papel e aconteçam. A Mesa
699 de Negociação é fruto da luta dos Trabalhadores ao longo dos anos. Diz que,
700 inclusive alguns representantes de categorias como Médicos e Enfermeiros, fez
701 estabelecer esta Mesa em 02 de janeiro de 2009, após uma greve que foi feita entre
702 os Trabalhadores com quase 9.000 pessoas, que gerou o reajuste e o Plano de
703 Cargos e Carreiras e teve reflexo até na Prefeitura de Manaus. O Regimento gerado
704 na época se constitui um Instrumento Público que qualquer pessoa pode ter acesso
705 e diz quem faz parte desta Mesa e qual sua finalidade (discutir condições de
706 trabalho, número de funcionários, questões salariais e outros assuntos de interesse
707 do Trabalhador). Porque se o Trabalhador está trabalhando satisfeito ou insatisfeito
708 isso reflete na sua assistência. Relatou que após a instalação aconteceram alguns
709 problemas, como os já citados, sobre a vinculação do movimento sindical com
710 posições político partidárias o que acabou gerando desentendimentos entre os
711 Membros dos Sindicatos e o resultado foi que a Mesa acabou desfeita na época.
712 Destaca que o Regimento prevê que a SUSAM deverá prover estrutura física
713 adequada e dotação orçamentária específica para o seu funcionamento. Considera
714 que todos os objetivos da Mesa não serão alcançados se não houver essas
715 condições para o seu funcionamento. Já está com mais de um ano que os
716 Sindicatos estão lutando para reativar esta Mesa e foi publicado a Resolução 011 do
717 CES/AM no dia 01/06/2012 e publicado um Edital para sua reativação, vinculado a
718 análise de documentos. Primeiro se convocou os Sindicatos, sob a análise de
719 documentos, e o que ocorreu foi que após essa análise e Convocação, alguns
720 Sindicatos não apresentaram nenhuma documentação. Considera que algum motivo
721 aconteceu no Sindicato para estarem com pendências na documentação (pode ser
722 mudança de Diretoria, endereço ou outros) e este fato prejudica o andamento da
723 Mesa porque para poder haver votação a Mesa precisa ser instalada paritariamente
724 e nesse momento só tem 09 Trabalhadores (Representação Sindical) e 10 Gestores.
725 O entendimento do Conselheiro é de que existe um Regimento publicado que
726 precisa ser respeitado e até que se publique outro e se revogue, esta é o Regimento
727 que está vigorando, desta forma a Mesa precisa ser instalada da forma prevista, se
728 está errado ou não, acha que a Mesa deve se instalar e depois de instalada é que
729 deve se reunir e rever os pontos que achar conveniente ver onde estão os erros, o
730 que não pode é colocar outros Sindicatos que não constam no documento. Foi
731 questionado se as Universidades estão no segmento de Gestores ou Trabalhadores,

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

732 e o Conselheiro explicou que há falhas no Regimento, mas que é preciso que se
733 instale novamente esta Mesa para que se possam rever também essas questões.
734 Considera a questão da instalação da Mesa como fundamental, pois reflete
735 diretamente na Assistência. Por isso o Pleno do Conselho precisa decidir. Já foi
736 decidido que a Mesa tem que ser instalada, falta estabelecer uma data para ser
737 reinstalada. O Conselheiro **Luís Francisco Belém** fez uma proposta de estabelecer
738 um prazo de 15 dias para reinstalação da Mesa. O Conselheiro **Gilson Aguiar**
739 reforçou a proposta do prazo de 15 dias e disse que houve um momento em que
740 equivocadamente um Grupo assumiu a postura de donos da Mesa, mas que precisam
741 refletir que nós somos Conselheiros, somos Membros, mais não seremos
742 eternamente assim. Sua proposta é de estabelecer um prazo de 15 dias para
743 reinstalação com os membros que já fazem parte conforme publicado no Diário
744 Oficial. A partir daí solicitar que esses Membros estudem o Regimento e façam uma
745 nova proposta de recomposição, pois há muitos pedidos, após isso traga ao
746 Conselho Estadual para a decisão final. A partir desse momento a Mesa irá se reunir
747 os Membros publicados no Diário Oficial e irão escolher o Coordenador, que irá
748 coordenar o processo com o auxílio de funcionários e tudo mais. Foi essa minha
749 proposta na Mesa Diretora, onde falei para o Secretário que a Mesa nunca tinha sido
750 extinta, já que nunca saiu nada referente a isso em Publicação. E que se faça a
751 inserção de mais segmentos dos Trabalhadores observando que a representação é
752 dos Sindicatos. E posteriormente trazer para a deliberação do Colegiado. Acho que
753 essa Mesa já levou muito tempo para ser iniciada. O Conselheiro **Antônio de**
754 **Pádua**, disse que quando era pequeno ouviu muito “Xô”, “xô pavão” e “boi da cara
755 preta”, “conversa para boi dormir”, se o Conselho decidir, já que ele é deliberativo e
756 não for cumprido o que esse Conselho irá fazer? Ficar olhando para cima? Ficar
757 com a cara para cima? Ou olhando para baixo? Ou vai fazer alguma coisa? Se o
758 Conselho deliberar aqui um prazo de 15 dias e a pessoa não fizer, o Conselho tem a
759 obrigação de ir ao Ministério Público Federal. O Vice Presidente do CES **Gilson**
760 **Aguiar**, afirmou que 15 dias é um prazo suficiente já que essa proposta já é
761 discutida há um ano. O Conselheiro **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior**, sugeriu
762 que os Sindicatos se reúnam e escolham um Coordenador que seja Gestor ou
763 funcionário da Secretaria, já que da última vez foi escolhido um Trabalhador. E aí
764 jogaram tudo em cima do Trabalhador e ele não recebia. Teria que sair mais cedo
765 do trabalho e chegar mais tarde. Complicava os trabalhos da Mesa. Não tinha apoio
766 do Gestor. Não tinha apoio nenhum. E temos que ver isso com muita atenção. O
767 Vice Presidente **Gilson Aguiar** falou que essa pode ser uma proposta para o
768 Regimento, pois tem que ser feito quando for alterado o Regimento, e precisa ser
769 uma proposta dos componentes da Mesa quando já estiver reunida. Isso pode ser
770 feito na própria votação, para acertar qual será o Gestor. Até porque a condução dos
771 trabalhos é provisória, tem um período para começar e terminar. Se não atender a
772 expectativa a proposta pode ser feita pelo Colegiado. Colocando a proposta em
773 Regime de Votação a mesma foi submetida ao Plenário e Aprovada por
774 Unanimidade. **ITEM 4.3 – Assunto: Memorando nº 200/2012 – Encaminhando**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

775 cópia do Processo nº 21514/2012 e Resolução CIB/AM nº 127/2012, que dispõe
776 sobre a proposta de distribuição dos Recursos da Cirurgia Eletiva 2012 e 2013,
777 para os Municípios do Estado do Amazonas. Relator: Conselheiro Ildnav
778 Mangueira Trajano. O Conselheiro leu o Parecer que foi distribuído para todos os
779 demais Conselheiros, apresentando Conclusão Favorável (a cópia do Processo
780 21514/2012 e o Parecer encontram-se arquivados na Secretaria Executiva do
781 CES/AM para consulta). Após o Presidente abrir inscrições para manifestações
782 sobre o Parecer, o Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** iniciou sua
783 fala dizendo: “Se não me engano as cirurgias ortopédicas estão aqui dentro”.
784 Esclareceu logo após, que estava fazendo um questionamento. Depois perguntou
785 aos Conselheiros se sabiam o que eram os componentes 1, 2 e 3? Pois corriam o
786 risco de aprovar “às cegas”, sem saber o que é que estavam autorizando. Falou que
787 gostaria de saber onde está a planilha que detalha para onde está alocada a Ação
788 (qual Município) e qual o Procedimento. Deu como exemplo: Componente 1, Cirurgia
789 de Varizes, Município tal e tantos procedimentos. Questionou onde estava esta
790 planilha, pois detalha para aonde estará alocado os procedimentos, de forma que os
791 Conselheiros, inclusive os Usuários também entendam. Esse cuidado é importante
792 para que não aconteça o que aconteceu aqui: “Tinha dois milhões para Órtese e
793 Prótese e a irmã de um Conselheiro até hoje não tem a Órtese dela”, e tinha esse
794 dinheiro destinado. É preciso ter esses detalhamentos para poder a população fazer
795 o controle. E nós temos o interesse de saber, para onde está alocado o dinheiro e
796 para que local, já que precisamos saber se nesses locais têm equipes de cirurgia,
797 não tem anestésico, não tem carro de recuperação, não tem condições de fazer
798 cirurgia no interior, e tem recurso que está alocado para lá. Então deveria ter sido
799 detalhado o que está sendo financiado e em qual o Município. Respondendo aos
800 questionamentos, o Conselheiro Relator **Ildnav Mangueira Trajano**, declarou que
801 realmente faltavam algumas palavras no Parecer, mas como disse no componente 1
802 já disse que é cirurgia de catarata, está no terceiro parágrafo, depois da análise. No
803 componente 2 onde está cirurgia ortopédica todo mundo sabe que a alta
804 complexidade só quem faz é o Estado. É de conhecimento de parte dos Gestores
805 de Saúde do Estado do Amazonas, que as cirurgias ortopédicas e neurocirurgias
806 são feitas pelo Estado e está detalhada no anexo, até porque o Processo, conforme
807 diz a Portaria do Ministério, foi aprovada pela CIR e vem para cá para que se saiba o
808 que vai acontecer. Nos Municípios plenos o “COSEMS” enviou Ofício para todos os
809 Municípios questionando se aceitam fazer ou não as Cirurgias do Componente da
810 cirurgia de catarata, e outras do Componente 3 (ex.:histerectomia) que é o caso de
811 que alguns Municípios Plenos que tem condições de fazer. Não é o caso de Borba
812 ou de Presidente Figueiredo que não quiseram realizar os procedimentos. Mais é o
813 caso de Maués, onde temos anestesista lá e temos condições de fazer, bem como
814 Parintins e Coari bem como outros Municípios. As cirurgias que não tem condições
815 de nenhum Município fazer estão no componente 2. E o componente 1 só são
816 alguns Municípios que fazem, alguns Municípios tiveram problemas, mas também
817 tem problemas em Manaus, assim como também tem problemas em São Paulo, tem



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

818 problemas nos EUA. e em qualquer outro canto. Problemas com instalações
819 hospitalares não tem só no interior não, também tem na capital. Qualquer lugar pode
820 ter problemas de infecção hospitalar, mas isso também não é motivo para que os
821 Municípios não tenham condições de fazer cirurgia no seu local, isso não é motivo
822 não, cabe isso depois denunciem ao DENASUS, não cabe a esse Conselho julgar.
823 Não cabe aqui a gente julgar se o recurso vai para um determinado Município
824 porque aconteceu um problema de infecção hospitalar O anexo com um
825 detalhamento maior não está aqui. No Processo que passou na CIB tem o
826 detalhamento de todos os Municípios. A vertente da saúde hoje é que os
827 procedimentos sejam feitos nos Municípios. O que está aqui já passou o ano
828 passado, isso é um incremento de recursos. O Conselheiro **Antônio de Pádua**
829 **Quirino Ramalho** questionou as palavras do Relator, de que o Processo só vem
830 para mero conhecimento do Conselho. O Conselheiro **Ildnav Manguera Trajano**,
831 falou que a Portaria do Ministério da Saúde diz para onde vai e quem pactua é a CIB
832 e há um respeito pelo conselho, tanto que o Processo está aqui e retificação é que
833 no Parecer está escrito: “Desta forma considerando aprovação do Conselho,
834 considerando análise, distribuição e aprovação dos recursos para cirurgias eletivas
835 meu parecer é favorável em relação ao pleito”. O Sr. **Ildnav Manguera Trajano** se
836 desculpou publicamente caso sua fala tenha sido entendida de uma forma diferente.
837 Prosseguindo o Vice Presidente **Gilson Aguiar** falou que é o Conselho quem
838 delibera e que foi solicitada uma cópia da planilha para o Conselheiro Pádua e para
839 todos os Conselheiros que quiserem. Disse que questiona muito esse material que
840 vem como uma pilha de papel e que deveria ser em CD, pois fica até mais fácil para
841 fazer uma análise posterior. O Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho**
842 pediu vistas do Processo. O **Vice Presidente** falou que o pedido de vistas não tem
843 nenhum problema só vai atrasar mais um pouco a vinda desse Recurso para o
844 nosso Estado. **ITEM 05 – O QUE HOVER**. Com a duração individual de 2 minutos
845 e seguindo a ordem de inscrição totalizando 10 minutos, o Vice-Presidente e
846 Conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** prosseguiu a Reunião passando a palavra ao
847 Conselheiro **Silvano de Souza Fonseca** que perguntou se o PID já havia sido
848 pactuado, e gostaria de saber quanto a SUSAM gasta em Mídia e pediu que
849 constasse no Relatório e reforçou o relato que fez na reunião passada sobre a
850 situação dos pacientes no Hospital Adriano Jorge dizendo que muitas pessoas fora
851 “a familiar dele” não haviam feito a cirurgia e pediu para que uma Comissão fosse
852 visitar o Hospital e o mesmo se colocou à disposição, informou que caso a
853 Comissão seja constituída gostaria de participar para poder acompanhar a situação
854 desses pacientes in loco. O Vice-Presidente **Gilson Aguiar** solicitou que o
855 Conselheiro **Silvano de Souza Fonseca** fizesse o pedido por escrito para poder
856 agilizar a formação dessa Comissão. Quanto ao seu pedido do valor que a SUSAM
857 gasta com Mídia, deve também oficializar por escrito. O Conselheiro **Antônio**
858 **Ferreira de Oliveira Júnior** informou que dia 26 de setembro de 2012 os Sindicatos
859 e algumas Associações de Saúde farão uma manifestação em frente ao Hospital 28
860 de Agosto, exigindo do Governo do Estado o reajuste que foi anunciado para os

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

861 mesmos que é ínfimo, visto que em 2009 não houve reajuste para o Servidor Público
862 Estadual, houve reajuste para outras categorias e não houve o reajuste para o
863 Servidor Público Estadual de Saúde. Então haverá um movimento às 7h30min, por
864 isso o Conselheiro convidou os demais presentes para participarem, a fim de expor
865 essa situação que os deixam constrangidos frente ao Governo do Estado. O
866 Trabalhador da Saúde do Estado recebe muito menos que o trabalhador da
867 Prefeitura e às vezes até se envergonham de comentar com um colega da Prefeitura
868 que trabalham para o Governo do Estado. Disse também que não estavam só
869 lutando a favor de um reajuste salarial melhor para área da saúde, como também
870 manifestarão contra os serviços de Terceirizações no SUS, e que houve uma
871 recente decisão do Supremo Tribunal Federal decidiu que os Municípios não podem
872 ter serviços terceirizados na saúde e leu: “Os 9.500 profissionais na área da saúde
873 terceirizados e que trabalham na Clínica da Família, UPAS e Hospitais Municipais
874 poderão ter que deixar seus postos em breve. Na última quarta-feira a segunda
875 turma do Supremo Tribunal Federal negou por unanimidade o recurso de um
876 Município, contra uma ação movida pelo Sindicato dos Médicos que exige o fim da
877 terceirização de saúde. A Prefeitura já havia sido derrotada duas vezes”. Então o
878 Conselheiro leu a parte que achou importante no Parecer e direcionou seu discurso
879 principalmente aos alunos presentes que almejam um futuro no Serviço de Saúde,
880 que onde melhor se paga é o serviço público, o serviço terceirizado paga mal,
881 apesar de parecer mais bonito, mais limpo, mais arrumado. Ele precariza os serviços
882 e não lhe dá um emprego e sim te paga uma coisa em troca de outra. Nesse caso
883 não depende só do que você vai estudar para passar no concurso, depende de
884 quem vai indicar você para esse trabalho, ou seja, do seu “QI”. Dando continuidade
885 as manifestações, o Conselheiro **Rodrigo Tobias de Sousa** falou que no dia 13 e
886 14 de setembro foi realizado o Seminário de Redes de Atenção, onde foram
887 discutidas as propostas de Redes de Atenção no Estado do Amazonas e nos
888 Municípios. Relatou que teve uma Mesa onde foi muito discutida a questão da
889 Educação Permanente, e de que forma as Instituições Formadoras, Institutos de
890 Pesquisas e Fundações de Saúde podem contribuir no processo de Regionalização,
891 o convite foi feito a todos os Conselheiros, porém o CES/AM foi representado por
892 apenas dois (02) Conselheiros: o Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho**
893 e **José Rodrigues** que estiveram presentes de forma integral. O produto desse
894 Seminário foi a elaboração de um documento referência no qual foram colocadas
895 pautas que visam implementações de uma Política de Educação Permanente em
896 prol das Redes de Atenção no Amazonas, e o que consta nele são as bases legais
897 da Educação Permanente e algumas sugestões e orientações do Ensino para a
898 Gestão. Portanto estão tentando trazer essa pauta para discussão Comissão de
899 Ensino e Serviço (CIES) já instalada no nosso Estado e como forma de informe
900 enviaram para a Gerência de Recursos Humanos da SUSAM e também para a
901 Gerência de Educação e Saúde da SEMSA, onde as instituições de ensino podem
902 pensar ou utilizar os espaços do SUS como cenários de ensino e aprendizagem sem
903 interrupções. O Conselheiro **Luiz Francisco Belém Costa** mencionou que “há muito



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA

904 tempo não tínhamos uma reunião no Conselho como tivemos hoje, e isso porque
905 acho que a reunião fluiu na discussão, que todos temos nossas diferenças e cada
906 um coloca sua questão”. Diz que irá manter esse encaminhamento para que o
907 tempo de fala dos conselheiros seja maior, referindo-se as reuniões presididas pelo
908 Dr. **Wilson Alecrim**, manifestou seu aborrecimento com os tipos de reunião que o
909 Presidente do Conselho e Secretário Estadual de Saúde tem conduzido, cerceando
910 a livre manifestação dos Conselheiros, afirmou que “o Conselho não é isso, porque
911 nós temos as nossas armas, então é um tipo de reunião que poda a palavra do
912 Conselheiro, nós estamos aqui para discutir”. Diz que está envolvido com essas
913 questões há 20 anos e que tudo que há de melhoria de Transplante e Hemodiálise
914 foi conseguido por pessoas que lutaram anteriormente e que o mesmo continua
915 lutando e outros continuarão nessa luta. Mantem sua fala relatando que temos hoje
916 dificuldade de votar uma Prestação de Contas, e que a partir de agora vai ser mais
917 difícil, acredita que deve haver uma postura mais flexível. Afirma: “Tenho que estar
918 dando uma de Enéias quando o Dr. **Wilson Alecrim** esta aqui, então quero fazer
919 essa reclamação e quero que conste em ATA essa reclamação contra ele”. O
920 Conselheiro **Jorge Reis de Lima** iniciou sua fala, abordando falou ao Conselheiro
921 **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** que deu seu voto de aprovação por uma
922 questão de opinião própria, declarou que após a Reunião passada, em conversa
923 informal com o Conselheiro **José Rodrigues**, foi lhe perguntado o porquê de tantas
924 reclamações no Conselho, ao que ele respondeu que é porque todo tempo vê por
925 aqui queixas do Conselheiro **Luiz Belém** sobre as questões específicas de seu
926 problema, queixas dos Conselheiros Usuários sobre atendimento nos Hospitais,
927 muita gente aqui questionando, querendo saber o que foi feito com a verba, que sai
928 de “montão” lá de Brasília e quase não chega nada no Município e essas são as
929 reclamações que constantemente está assistindo. Fala que não para por aí, vê
930 movimentos, greves, todos reclamando sobre salários, servidores ganhando pouco,
931 sem assistência, médicos fazendo greves, o que ele considera que não deveriam
932 (pede desculpas ao Conselheiro **Antônio de Pádua**). Lembrou que foi a Brasília
933 fazer parte de uma Comitativa que representava o CES/AM na Plenária dos
934 Conselhos e chegou lá e percebeu uma total desorganização que o deixou
935 envergonhado. Numa Plenária daquela não poderia faltar à presença do Senhor
936 Ministro e Presidente do Conselho Nacional, ou que enviasse pelo menos seu
937 substituto imediato, mas o evento foi presidido por uma pessoa muito longe de ser o
938 Ministro. Para completar a desorganização, depois de tanto trabalho para formar a
939 Mesa do Evento, faltou o principal “O Patriotismo”, não foi cantado o Hino Nacional e
940 se não fosse os participantes do evento se levantarem e cantarem o Hino Nacional
941 sozinhos, não se teria o Hino Nacional Brasileiro. Voltou-se ao Conselheiro **José**
942 **Rodrigues**, e questionou: será que essas dificuldades que o Governo joga em cima
943 da gente, essas coisas ruins não são para gente tremer? E daí o governo colocar
944 uma famigerada privatização na saúde pública do Brasil? Será que não é isso que o
945 Governo quer? Encerrando o Conselheiro **Jorge Reis de Lima** disse que expôs
946 para o Conselheiro, seu amigo: -“No meu pouco conhecimento que tenho de

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****231ª REUNIÃO
183ª ORDINÁRIA**

947 Conselheiro e participante em Assembléias e Plenárias- isso me assusta”. O Vice
948 Presidente **Gilson Aguiar**, passou para o último Item de Pauta: **ITEM 07 –**
949 **ANIVERSARIANTES DO MÊS:** Simone Neri da Silva, Cláudio do Carmo Chaves,
950 José Mario dos Santos Ferreira, Francisco Deodato Guimarães, Almir Pereira e
951 Edson Sarkis Gonçalves. A Reunião encerrou-se às 12 horas e cinco minutos com o
952 Vice Presidente Senhor **Gilson Aguiar da Silva** agradecendo à presença de todos
953 os que se dedicaram à discussão e debates. Conselheiros Titulares presentes:
954 **Adarcylina Magalhães Rodrigues, Ildnav Mangueira Trajano, Adriano da Silva**
955 **Terrazas, Antônio de Pádua Quirino Ramalho, Rui Guilherme Neves de Souza,**
956 **Conceição Maria Batista de Azevedo Costa, Gilson Aguiar da Silva, Jorge Reis**
957 **de Lima.** Conselheiros Suplentes: **Silvano de Souza Fonseca, Marina Eugênia**
958 **Leite Barroncas, Sílvia Luiza Simões Passos, Antônio Ferreira de Oliveira**
959 **Junior, Sidclei Lima da Silva, Rodrigo Tobias de Sousa, Simone Neri da Silva,**
960 **Cristiano Rodrigues Ferreira, Luís Francisco Belém Costa e Roberto Assis**
961 **Rodrigues.** Ausências justificadas: conselheiro **José Rodrigues, Isac Gomes**
962 **Benayon, Denise Machado dos Santos.** A presente Ata foi elaborada por **Tandreli**
963 **Silva Sant’Anna** e revisada pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de
964 Saúde do Amazonas **Rita Cristiane dos Santos Almeida**, que após aprovação do
965 Plenário do CES/AM e assinada pelos responsáveis por sua elaboração será
966 arquivada para fins documentais. Manaus, 25 de setembro de 2012.

967

968

969

970

Tandreli Silva Sant’Anna

971

Técnica do CES/AM

972

973

974

Rita Cristiane dos Santos Almeida

975

Secretária Executiva do CES/AM